

Distritais decidem hoje se criam CPI para a Educação

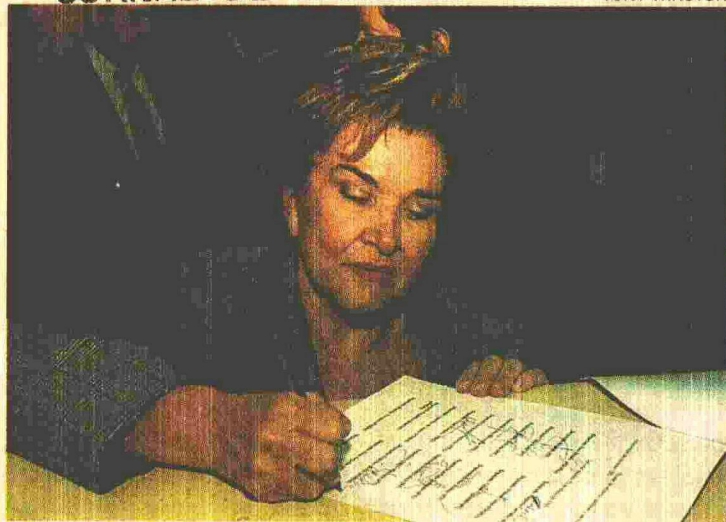
JORNAL DE BRASÍLIA

TONY WINSTON

A Câmara Legislativa decide hoje se abre uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar supostas denúncias de irregularidades na Secretaria de Educação, entre 1999 e 2005, relativas à contratação de professores temporários e às licitações para transporte de alunos da rede pública. O pedido, protocolado por Augusto Carvalho (PPS), conta com 15 assinaturas, 14 dos deputados que integram a Frente Democrática (PT, PDT, PPS, Prona e PFL) e uma da peemedebista Eurides Brito.

O requerimento de Augusto é baseado numa ação do Ministério Público, por improbidade administrativa, contra Eurides Brito e Ana Maria Villaboim, ex-secretárias de Educação, e Maristela Neves, atual titular da pasta. O MP acusa o GDF de violar a Constituição Federal ao contratar professores temporários. "Esperamos acompanhar de perto as investigações do MP, cumprindo o papel fiscalizador do Poder Legislativo", justificou Augusto. A contratação temporária foi liberada semana passada, pelo juiz Iran de Lima, da 5ª Vara de Fazenda Pública, que derrubou liminar, concedida ao MP no ano passado, que pedia a anulação dos contratos e a proibição de novos.

ALGEMAS - Eurides saiu de um compromisso no Palácio do Jaburu para assinar o requerimento da CPI. "Quem não deve não teme. Tenho a impressão de que sairá gente algemada desta CPI. E, com certeza, não serei eu", justificou a parlamentar, que já foi



Eurides Brito assina pedido de CPI: "Vai sair gente algemada"

secretária de Educação. "Vou sair desta CPI com atestado de competência. Honro a maior herança que minha mãe me deixou, a de mulher honesta". Inimigo de Eurides, o deputado José Edmar (Prona) fez questão que a CPI fosse instalada. Edmar culpa a professora pela sua prisão pela Polícia Federal, em julho de 2003, durante a Operação Grilo.

O segundo pedido de uma CPI em menos de uma semana, por parte da Frente Democrática causou indignação na líder do governo, Anilcéia Machado. "É uma jogada política num momento inoportuno. Não assinei nem vou assinar. Esta Casa terá uma CPI por vez", decretou Anilcéia.

A aprovação da CPI da Saúde, na terça-feira, não chegou a ser publicada no *Diário Oficial* da Câmara. Segundo a líder da Frente Democrática, Arlete Sampaio (PT), os cinco nomes dos integrantes só serão confirmados após a publicação. "Vamos começar a discutir a composição

depois que isso ocorrer", disse a líder, que provavelmente será a presidente da CPI que pretende apurar o suposto favorecimento, por parte do secretário afastado Arnaldo Bernardino, ao Hospital Santa Juliana nas internações em UTI. Para a relatoria, está cotada Eliana Pedrosa (PFL), já que os peemedebistas apoiaram a CPI com a condição de que a relatoria ficasse com alguém da base do governo.

Os integrantes da Frente Democrática ainda tentaram uma manobra regimental para votar a CPI da Educação ainda ontem, antes de sua publicação. Para que isso ocorresse, seria necessária a aprovação de 13 parlamentares. Anilcéia e João de Deus (PMDB) chegaram a assinar os avulsos que foram distribuídos, mas depois retiraram as assinaturas, explicando que não sabiam o que era. "O assessor de um deputado distribuiu o avulso sem comunicar o que era e pedindo para atestar o recebimento", reclamou Anilcéia.